



*Recensão a **Slavery and the University: History and Legacies**,
de Leslie M. Harris, James T. Campbell, Alfred L. Brophy (eds.)*

Ana Cristina Pereira

Práticas da História, n.º 15 (2022): 307-317

www.praticasdahistoria.pt

**Leslie M. Harris, James T. Campbell,
Alfred L. Brophy (eds.)**

***Slavery and the University:
History and Legacies***

Athens: University of Georgia Press, 2019, 368 pp.

Ana Cristina Pereira*

A introdução de *Slavery and the University: History and Legacies* começa por interpelar leitoras e leitores com algumas questões, entre elas: o que nos ensina a relação entre universidades e escravatura sobre a história dos Estados Unidos da América (EUA), sobre a história da educação superior, e sobre os dias de hoje? Por que razões discutimos a relação entre as universidades e a escravatura e por que o fazemos só agora? Por que motivos intimida tanto esta investigação? O que conseguem estas incursões no passado? Têm impactos políticos positivos concretos ou são apenas uma manifestação do “politicamente correto”, como acusam os seus detratores?¹ Os ensaios que compõem o livro, muitos dos quais tiveram origem na primeira conferência sobre escravatura e universidade (organizada pela coeditora deste livro, Leslie M. Harris, e que teve lugar na Universidade de Emory, em fevereiro de 2011), proporcionam algumas respostas a estas questões e também

* Ana Cristina Pereira (ana.c.pereira@outlook.com), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga. Receção da revisão original: 07-09-2022. Esta revisão foi desenvolvida no âmbito do projeto “MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos” (PTDC/COM-CSS/3121/2021), Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. Receção da versão revista: 02-12-2022. Aceitação: 12-12-2022.

¹ Leslie M. Harris, James T. Campbell e Alfred L. Brophy, eds., *Slavery and the University: History and Legacies* (Athens: University of Georgia Press, 2019), 4.

uma ideia sobre o enorme trabalho que se está a (e que está por) fazer nesta área – que será, na nota final do livro, proposta como um novo campo de estudos.

O livro apresenta-se dividido em duas partes. Na primeira parte, “Proslavery and Antislavery. Thoughts and Action”, um conjunto de artigos discute as origens das universidades americanas, intimamente ligadas ao tráfico escravocrata, e a forma como se relacionaram as forças pró-escravatura e antiescravatura nas universidades dos estados do Norte e do Sul dos EUA. A segunda parte, intitulada “Remembering and Forgetting Slavery at the Universities”, analisa os modos como as universidades estado-unidenses estão a lidar, no presente, com o seu legado histórico, no que se refere à escravatura.

O primeiro capítulo, assinado por Craig Steven Wilder, cujo trabalho é pioneiro na área, revela como a educação superior nos EUA é desde o seu início financiada pelo comércio de pessoas escravizadas e o florescimento dos colégios² depois da Revolução Americana deve o seu sucesso ao tráfico transatlântico. Segundo o autor, não foi uma coincidência que a educação superior tenha ascendido nas colónias à medida que o comércio de pessoas escravizadas atingia o seu pico, em meados do século XVIII.³ Durante a Guerra da Revolução (independentista, 1775-83) muitos colégios foram transformados em “quartéis” e, no final do conflito, estavam em ruínas ou enfrentavam um futuro incerto. No entanto, nos anos seguintes a academia americana conheceu uma expansão sem precedentes. As estruturas de educação foram rapidamente reconstruídas *por e para* uma nova nação através dos lucros provenientes do reflorescimento de uma economia escravocrata. Entre o fim da Revolução e o novo século, surgiram dezoito novos colégios, dois terços dos quais situados em plantações do Sul e no Atlântico Médio (baixo) onde antes só havia um.⁴ Deste modo, a expansão e a consolidação da

2 Nos EUA, colégios e universidades são instituições de ensino superior. Os colégios oferecem bacharelatos e as universidades os estudos avançados posteriores ao bacharelato. As universidades têm sempre o seu próprio colégio, mas nem sempre os colégios pertencem a uma universidade.

3 Craig Steven Wilder, “Sons from the Southward & Some from the West Indies”, in *Slavery and the University*, ed. Harris, Campbell e Brophy, 31.

4 Wilder, “Sons from the Southward”, 31.

academia americana são indissociáveis do trabalho escravo e também do dinheiro que o comércio escravocrata deu às “boas” famílias e às igrejas americanas.

No segundo capítulo, através da história de Princeton (Colégio de New Jersey – 1746), Craig B. Hollander e Martha A. Sandweiss escrevem sobre a forma como liberdade e escravatura estão interligadas na história dos EUA. Princeton foi o lugar da vitória americana durante a Revolução e recebeu o Congresso Continental, no Nassau Hall, em 1783, mas os seus primeiros nove presidentes (reitores)⁵ até 1854 eram proprietários de pessoas escravizadas, sendo que muitas delas trabalhavam na universidade. Os alunos de Princeton vinham de todos os estados, juntamente com o seu dinheiro – em 1851, 63% dos alunos provinham de estados escravagistas.⁶ Princeton procurava, portanto, conjugar o conforto dos sulistas escravocratas com as ideias abolicionistas vindas do Norte.

Alguns proeminentes intelectuais de Princeton forneceram bases para o pensamento abolicionista, no início da República, embora fossem contra uma abolição repentina e não vissem maneira de se proceder a ela sem ser por vontade dos proprietários. Houve várias respostas às preocupações com a integração da população escravizada – colocar as pessoas negras na fronteira ocidental, promover o casamento inter-racial (James G. Bilney) ou (re)enviá-las para África (Charles Fronton Mercer e Robert Finley), concretamente para a Libéria. A ideia de uma colónia americana em África serviu a Princeton (e aos EUA, de forma mais abrangente) para mediar os conflitos entre escravocratas e abolicionistas. Durante o período pré-guerra civil, Princeton procurou conciliar no seu seio ideias abolicionistas e escravagistas, concordando em discordar internamente – com todas as cedências que esta postura implica aos defensores da escravatura – e transformou-se, para muitos,

5 Não cabe, neste texto, uma clarificação aprofundada das diferenças entre “president” – designação usada nos EUA, onde este cargo é equiparável ao de um CEO de uma empresa – e “reitor/a”, designação usada em Portugal, no Brasil e nos PALOP. Optei por usar a designação estado-unidense e colocar reitor entre parênteses, para referência dos leitores lusófonos.

6 Craig B. Hollander e Martha A. Sandweiss, “Princeton and Slavery: Holding the Center”, in *Slavery and the University*, ed. Harris, Campbell e Brophy, 47.

no colégio não do Norte ou do Sul, mas da união. Depois da Guerra Civil, as políticas de memória de Princeton mantiveram a tradição desta instituição ao erigir o memorial aos seus alunos mortos durante o conflito (1915), listados por ordem alfabética, sem referência à sua afiliação militar, sem dar visibilidade, portanto, nem às lutas internas da instituição, nem ao seu legado escravagista.⁷

No terceiro capítulo, “Proslavery Political Theory in the Southern Academy, 1832–1861”, Alfred L. Brophy defende que a escravatura sustentou a academia sulista, mas, mais do que isso, argumenta o autor, a mesma academia sustentou a escravatura. Uma vasta produção acadêmica dessa altura (1832-1861), por um lado, coloca a escravatura no centro nevrálgico do desenvolvimento do Sul e, por outro, justifica-a moral e cientificamente, ensinando os filhos das pessoas ricas que a escravatura era positiva (inclusive para as pessoas negras, que não saberiam ser livres) e inevitável. As referidas narrativas “científicas” foram usadas politicamente depois da eleição de Abraham Lincoln, tido como abolicionista.

Os três capítulos seguintes são estudos de caso de instituições acadêmicas do Sul dos EUA. No quarto capítulo, Jennifer Bridges Oast mostra como em três colégios de Virgínia a altamente valorizada honra do jovem branco sobrevivia a expensas da emasculação do homem escravizado. O texto revela ainda algumas estratégias de sobrevivência dos escravizados negros no *campus*, onde estavam ainda menos protegidos de abusos do que nas plantações, uma vez que não havia ninguém que tivesse um interesse particular (económico) em defender as suas vidas. O quinto capítulo, assinado por Patrick C. Jamieson, analisa o caso de Emory, um colégio religioso. A assunção de que a escravatura era o melhor para toda a gente, inclusive para as pessoas escravizadas, foi corroborada pela igreja, neste caso, Metodista. Os estudantes de Emory, embora tivessem uma origem social humilde, não eram apenas ouvintes passivos de toda a retórica pró-escravagista, tendo-se tornado líderes, clérigos, donos de plantações e soldados que ativamente pensa-

7 Hollander e Sandweiss, “Princeton and Slavery”, 57-58.

ram e escreveram sobre as virtudes da escravatura. No sexto capítulo, A. James Fuller volta à questão da construção da masculinidade dos jovens brancos através da emasculação do escravizado negro. Analisa, em particular, o caso do açoitamento de um homem negro em que estiveram envolvidas a universidade e a igreja Baptista. O texto detém-se ainda nas tensões sobre a questão racial que levaram à separação entre a igreja Baptista do Sul e do Norte.

Os capítulos VII e VIII analisam casos excepcionais de presença de alunos negros em colégios antes da Guerra Civil americana. No centro destas exceções está o projeto que pretendia criar, na Libéria, uma colónia cristã liderada por negros educados nos EUA. A *American Colonization Society* (ACS – 1816) nasceu na universidade. Robert Finley concebeu o plano quando era professor perto do Princeton College (na altura, New Jersey). A ideia da construção de uma colónia estado-unidense na Libéria é aqui lida como um projeto antinegro, mais do que meramente antiescravagista, na medida em que se trata de libertar os EUA de uma “raça” com quem não quer partilhar a liberdade. Além disso, o projeto colonialista pretende um homem representativo dos valores protestantes, brancos e americanos em África a espalhar a sua forma de viver e o seu credo.⁸ O projeto serviu os interesses de algumas pessoas brancas, foi rejeitado por grande parte da comunidade afro-americana e pelos abolicionistas radicais brancos, mas foi também aceite por uma parte da população negra. No sétimo capítulo, Diane Windham Shaw mostra como os proprietários brancos desenharam este projeto de forma a não perderem nada com o fim da escravatura e como dois jovens escravizados, enviados para o Lafayette College, optaram de forma diferente, entre si, no que respeita a emigrar para a Libéria. No capítulo seguinte, William B. Hart detém-se no caso do Middlebury College e no exemplo de Martin Henry Freeman, um homem negro que aderiu ao projeto colonial depois de ter sido o primeiro afro-americano a presidir a um colégio nos EUA. Para homens como Freeman, a Li-

⁸ William B. Hart, “‘I Am a Man’. Martin Henry Freeman (Middlebury College, 1849) and the Problems of Race, Manhood, and Colonization”, in *Slavery and the University*, ed. Harris, Campbell e Brophy, 154-155.

béria representou a possibilidade de ser livre, uma vez que a educação que recebeu não lhe permitiu superar o racismo estrutural presente nos EUA.

Os dois últimos capítulos da primeira parte do livro, escritos respetivamente por Kabria Baumgartner e J. Brent Morris tratam da luta em prol do acesso ao ensino superior por parte de pessoas negras e de mulheres. O nono capítulo explora a cooperação entre negros e brancos abolicionistas pelo direito à educação dos negros na Nova Inglaterra. Depois da Revolução Americana, por toda a região foram aparecendo colégios para pobres, financiados pelas igrejas ou por patronos. Alguns homens negros frequentaram estas instituições, mas não tiveram a mesma oportunidade de ascensão social que os seus colegas brancos. Antes da guerra civil apareceram três instituições para a educação superior dos afro-americanos. Embora nenhuma perdurasse, porque foram todas abatidas (literalmente) pela fúria racista, foram influentes na medida em que provaram a vitalidade intelectual dos afro-americanos e permitiram a brancos abolicionistas e a afro-americanos denunciarem o racismo e a escravatura. Esta associação fundou o futuro de novas alianças e as suas propostas tiveram impacto nos colégios brancos, que começaram a discutir abolicionismo, desagregação e integração racial. Em 1838, Andrew Harris é o primeiro negro a formar-se nos EUA, na Universidade de Vermont.

O décimo e último capítulo da primeira parte é dedicado ao Oberlin College, um colégio abolicionista, e o primeiro a receber alunos de ambos os sexos e raças. A educação das raparigas era pensada para que se tornassem boas esposas, apoiando os seus homens que deviam deixar uma marca no mundo. Contudo, as alunas estavam expostas às mesmas ideias dos rapazes e muitas delas transformaram-se em fervorosas abolicionistas e feministas. O artigo fala do percurso e do trabalho de mulheres, com várias origens sociais e incluindo mulheres negras, que, ao contrário do que era esperado, encontraram na política pública, concretamente no abolicionismo, a sua esfera de ação. Embora não explique cabalmente as condições políticas e sociais que permitiram a este colégio ser tão diferente de todos os outros, mostra como era um

colégio abolicionista radical e como se transformou num sítio prestigiado para onde as famílias – inclusive algumas sulistas – podiam enviar as suas filhas.

Na segunda parte, um conjunto de ensaios explora as difíceis relações das instituições académicas estado-unidenses com a sua memória escravocrata. O décimo primeiro capítulo, “Slavery and Justice at Brown”, é assinado por Ruth J. Simmons, que foi presidente (reitora) da Universidade de Brown e responsável pelo lançamento do *Steering Committee on Slavery and Justice*, que – sem que Simmons o pudesse prever – acabou por ser precursor de um movimento que levou muitas outras universidades a investigarem o seu próprio passado. A autora faz uma reflexão crítica sobre o processo de constituição deste projeto de investigação, assim como das questões políticas e pessoais que o permearam. Segundo Simmons, a primeira mulher negra a ocupar este cargo, há uma desconfiança generalizada por parte da população americana pelas instituições, em geral, e pelas universidades, em particular. No caso da universidade, defende, esta desconfiança deve-se muito ao elitismo em que ela se deixou cair, à prevalência do interesse pessoal na tomada de decisões, ao falhanço na aplicação dos valores (morais), e a uma redundância mistificadora quando se trata de enfrentar o *status quo*.⁹ Para concluir, Simmons faz a defesa do direito de expressão, sobretudo daqueles que pensam de forma diferente da maioria.

No décimo segundo capítulo, Sven Beckert, Balraj Gill, Jim Henle e Katherine May Stevens desconstroem a ideia de que Harvard foi sempre e apenas uma instituição abolicionista. Harvard e os seus responsáveis tiveram pessoas escravizadas e algumas delas foram fotografadas para investigações e aulas de ciências que pretendiam provar a superioridade da raça branca. Apesar do memorial às suas vítimas de guerra (muitas das quais sulistas) e de se querer posicionar postumamente como uma instituição fervorosamente antiescravatura, os documentos da época mostram o contrário, sendo que a instituição beneficiou direta

⁹ Ruth J. Simmons, “Slavery and Justice at Brown: A Personal Reflection”, in *Slavery and the University*, ed. Harris, Campbell e Brophy, 221.

e indiretamente da escravatura. Nos EUA, a história tem percebido o Norte como abolicionista – onde a escravatura não existiu – e o Sul como o único esclavagista. Contudo, a escravatura esteve no centro nevrálgico da formação dos EUA e não existe uma região que não a tenha apoiado e dela beneficiado.

Ywone D. Edwards-Ingram, no décimo terceiro capítulo desta obra, analisa como no College Town of Williamsburg foi construída uma memória que apaga a presença de afro-americanos, fazendo dos grandes homens brancos os seus únicos referentes. Segundo a autora, o individualismo está na base desta forma de conceber a memória nacional. O texto regista a forma como nas últimas décadas se têm feito esforços para desenterrar e musealizar a história das minorias – nomeadamente a afro-americana – que contribuíram para o que a instituição é hoje. O campo histórico de *Tucker House* não representa apenas os feitos dos grandes homens brancos, mas regista e mostra os contributos de outros grupos, indivíduos e comunidades. A escravatura e as histórias de pessoas escravizadas fazem parte da história desta instituição e não podem ser erradicadas da memória sem comprometer os esforços contemporâneos para uma efetiva inclusão.

Dedicado ao caso da Universidade de Emory, Mark Auslander propõe, no décimo quarto capítulo, um ensaio sobre as formas como, por um lado, as famílias escravocratas ligadas ao negócio da educação lembram o seu passado e, por outro, os descendentes de pessoas escravizadas por estas famílias negociam essas representações, estando dentro e fora dessa memória. O ensaio valoriza (através de testemunhos) a construção de uma colcha artística com artefactos pertencentes a pessoas negras em Emory e o recente restauro do *Cemitério Negro*, que foi sendo colocado de parte e mesmo vilipendiado. Para o autor, contudo, a ideia mais luminosa – e que parece estar a ganhar força – é a da criação, na instituição, de uma bolsa de estudos para todos os descendentes de pessoas escravizadas.

No décimo quinto capítulo, Ellen Griffith Spears e James C. Hall recuperam e resumem algumas das conclusões das investigações sobre universidade e escravatura levadas a cabo nos últimos anos. Descrevem

brevemente o caso particular da Universidade do Alabama na sua relação com a escravidão e depois com o racismo na era Jim Crow, para se debruçarem sobre políticas educativas da memória nos nossos dias. O que podemos fazer em relação a esta memória e como pensar a paisagem racial na Universidade do Alabama? Uma vez que a história se desenrola sempre em lugares particulares, a paisagem envolvente surge como um dispositivo para questionar os legados da memória.

Podendo ser lido como uma resposta pessoal a algumas questões colocadas no ensaio anterior, no décimo sexto capítulo, R. Owen Williams escreve sobre a polémica questão de se trocar ou não o nome dos edifícios quando honram pessoas que fizeram parte e/ou defenderam a escravidão, como é o caso de John C. Calhoun e Jefferson Davis, que dão o nome a edifícios em Yale e Transilvânia, respetivamente. O autor, que iniciou uma luta para mudar o nome do Calhoun College de Yale quando era aluno de Yale, em 2001, considera, hoje, que mudar os nomes dos edifícios pode servir apenas para apagar a história. A sugestão de Williams, enquanto presidente da Universidade de Transilvânia, foi a de se adicionar aos nomes existentes, nomes dos seus adversários políticos, para que se perceba a luta histórica dos EUA e a luta interna nas instituições, ao longo do tempo. Nenhuma das universidades apoiou esta proposta. Em 2014, o autor deixou a presidência (reitoria) da Universidade de Transilvânia e, no ano seguinte, o Jefferson Davis e o Henry Clays Halls foram substituídos pelos nomes “Bassett Hall” e “Pionier Hall”. Segundo o autor, a história foi apagada: todo o processo político que levou a que já no século XX fossem dados os nomes Jefferson Davis e Henry Clays aos edifícios não será lembrado. Também em Yale, o Calham Hall foi substituído por Grace Murray Hopper. Numa nota final, o autor lembra que honrar e lembrar não são a mesma coisa.

Expressões como “racismo estrutural” ou “racismo institucional”¹⁰ não aparecem ao longo das 354 páginas deste livro; trata-se de uma obra de pendor historiográfico e não sociológico, contudo, ao desocultar a centralidade da escravidão na formação dos EUA e, em particular,

10 Ellis Cashmore, ed., *Dictionary of Race and Ethnic Relations* (Londres: Routledge, 1996).

das suas instituições académicas, este intenso conjunto de ensaios revela as universidades estado-unidenses como estruturalmente racistas. Isto é dizer que estas instituições foram fundadas sob os ideais violentos da supremacia racial branca e para servir os interesses da população caucasiana do país. Mais ainda, a expansão e a consolidação da academia estado-unidense foram financiadas com dinheiro proveniente do comércio escravocrata e do trabalho escravo, e o quotidiano dos seus alunos e professores foi, durante muitas décadas, assegurado por pessoas escravizadas que trabalhavam nos *campi*. Deste modo, ao apagar o contributo das minorias raciais, ao excluir do seu corpo e da sua memória todos os que não são brancos e tudo o que não é conforme à imagem que pretendem projetar de si próprias, as universidades não estão a funcionar mal, estão a cumprir objetivos que presidiram à sua criação. Contudo, a história das universidades estado-unidenses acompanha também a história das lutas raciais no país, particularmente da resistência negra, um legado inspirador que marca de forma indelével o que são hoje.

Pese embora, as enormes diferenças entre a história das universidades nos EUA e em Portugal, enquanto leitora portuguesa, a obra suscita-me múltiplas questões. Refiro apenas algumas: em Portugal, seria possível proceder a um questionamento tão profundo da história das nossas universidades? Qual a relação das universidades portuguesas com a escravatura e, depois, com o colonialismo moderno? Houve alguma universidade abertamente antiescravatura, em Portugal? Quem foi o primeiro negro a licenciar-se numa universidade em Portugal? Quando? E quanto às mulheres negras, chegaram algumas à universidade quando chegaram as mulheres brancas? Espero que a leitura desta obra possa inspirar estudos futuros, nos EUA, mas sobretudo noutros pontos do globo.

BIBLIOGRAFIA

- Cashmore, Ellis, ed. *Dictionary of Race and Ethnic Relations*. Londres: Routledge, 1996.
- Harris, Leslie M., James T. Campbell, e Alfred L. Brophy, eds. *Slavery and the University: History and Legacies*. Athens: University of Georgia Press, 2019.
- Hart, William B., “‘I Am a Man.’ Martin Henry Freeman (Middlebury College, 1849) and the Problems of Race, Manhood, and Colonization”, in *Slavery and the University: Histories and Legacies*, editado por Leslie M. Harris, James T. Campbell e Alfred L. Brophy, 148-178. Athens: University of Georgia Press, 2019.
- Hollander, Craig B., e Sandweiss, Martha A. “Princeton and Slavery: Holding the Center”. in *Slavery and the University: Histories and Legacies*, editado por Leslie M. Harris, James T. Campbell e Alfred L. Brophy, 46-64. Athens: University of Georgia Press, 2019.
- Simmons, Ruth J. “Slavery and Justice at Brown: A Personal Reflection”, in *Slavery and the University: Histories and Legacies*, editado por Leslie M. Harris, James T. Campbell e Alfred L. Brophy, 215-223. Athens: University of Georgia Press, 2019.
- Wilders, Craig Steven. “Sons from the Southward & Some from the West Indies”, in *Slavery and the University: Histories and Legacies*, editado por Leslie M. Harris, James T. Campbell e Alfred L. Brophy, 21-45. Athens: University of Georgia Press, 2019.

Referência para citação:

Pereira, Ana Cristina. “Recensão a *Slavery and the University: History and Legacies*, de Leslie M. Harris, James T. Campbell, e Alfred L. Brophy, eds.”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 15 (2022): 307-317. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30065>.